UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

KAILANE CORREIA BOMFIM

MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA E IDENTIDADE DE MENINAS NEGRAS: UM ESTUDO DE CASO NA BAIXA FRIA, SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2026

KAILANE CORREIA BOMFIM

MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA E IDENTIDADE DE MENINAS NEGRAS: UM ESTUDO DE CASO NA BAIXA FRIA, SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharela em Humanidades.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Zelinda dos Santos Barros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

KAILANE CORREIA BOMFIM

MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA E IDENTIDADE DE MENINAS NEGRAS: UM ESTUDO DE CASO NA BAIXA FRIA, SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharela em Humanidades.

Aprovado em: 22/06/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Zelinda dos Santos Barros
Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB
(Orientadora)

Prof.ª Dr.ª Ana Cláudia Gomes de Souza
Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB
(Examinadora)

Prof.ª Dr.ª MÍghian Danae Ferreira Nunes
Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB
(Examinadora)

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	5
2	**OBJETIVO GERAL**	7
2.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
3	JUSTIFICATIVA	7
4	**REFERENCIAL TEÓRICO**	10
4.1	MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA, INTERSECCIONALIDADE E DESIGUALDADES SOCIAIS	13
5	**METODOLOGIA**	14
5.1	DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	16
6	**CRONOGRAMA**	17
	REFERÊNCIAS	18

1 INTRODUÇÃO

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) apontam uma queda nos índices de fecundidade no Brasil nas últimas décadas. No entanto, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), em parceria com o Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (CIDACS/Fiocruz Bahia) e o Instituto de Saúde Coletiva da UFBA (ISC/UFBA), com base em dados do SINASC/DATASUS referentes ao período de 2008 a 2019, indica que as regiões Norte e Nordeste concentram os maiores percentuais de nascidos vivos de mães adolescentes no país. Entre adolescentes de 15 a 19 anos, os percentuais chegam a 23,90% na região Norte e 20,11% na região Nordeste (UNFPA; CIDACS; ISC/UFBA, 2023). Os dados também demonstram que adolescentes negras (pretas e pardas) apresentam maiores proporções de maternidade nessa faixa etária quando comparadas a adolescentes brancas. Essas informações sugerem a possibilidade que a maternidade na adolescência esteja relacionada a desigualdades sociais, raciais e territoriais, reforçando a importância de estudos voltados às experiências dessas jovens.

No município de São Francisco do Conde, essas desigualdades aparecem de forma contraditória. Embora a cidade possua um dos maiores PIBs per capita do país, impulsionado principalmente pelas atividades relacionadas ao refino de petróleo (IBGE, 2023), parte da população ainda enfrenta dificuldades no acesso a direitos, serviços e oportunidades sociais. Considerando que as dinâmicas sociais podem se expressar de maneira desigual no interior dos municípios, torna-se relevante analisar como essas desigualdades podem se materializar em recortes territoriais específicos.

Estudos realizados no município de São Francisco do Conde indicam que a maternidade na adolescência está associada a condições socioeconômicas desfavoráveis, com destaque para baixa escolaridade, limitações de renda e inserção em contextos de vulnerabilidade social entre adolescentes atendidas em serviços de saúde do município (Alves et al., 2015). Os resultados indicam a predominância de adolescentes negras entre os casos analisados, o que pode ser interpretado à luz da intersecção entre raça, classe e território. Entretanto, tais estudos apresentam recortes predominantemente municipais, não contemplando análises específicas por bairros, o que reforça a relevância de investigações situadas em bairros como a Baixa Fria. Nesse contexto, em áreas periféricas como este bairro, questões relacionadas

ao acesso à educação, aos serviços de saúde e às oportunidades sociais podem atravessar as experiências de adolescentes negras.

A escolha do bairro da Baixa Fria ocorre por se tratar de um bairro periférico do município de São Francisco do Conde, marcado por desigualdades sociais que tornam relevante investigar as experiências dessas jovens nessa realidade social. Além disso, a escolha também se relaciona à minha experiência como moradora do bairro desde o nascimento, cuja vivência cotidiana possibilitou o contato frequente com experiências de maternidade na adolescência e com desigualdades sociais presentes nesse território.

A partir desse contexto, esta pesquisa volta-se à análise das experiências de jovens mães negras moradoras da Baixa Fria, em São Francisco do Conde/BA. O estudo busca compreender de que maneira raça, gênero, classe e território podem estar relacionados às experiências de maternidade na adolescência, considerando aspectos como possíveis situações de vulnerabilidade, processos de construção identitária, julgamentos sociais e formas de resistência, entendidas como estratégias cotidianas de enfrentamento e ressignificação das experiências vividas pelas jovens em suas trajetórias.

O estudo pretende suprir a carência de conhecimento situado sobre meninas negras que enfrentam barreiras múltiplas para exercer sua autonomia e seus direitos reprodutivos. A pesquisa propõe um diálogo com o feminismo negro e com a teoria da interseccionalidade, utilizada como ferramenta analítica para compreender como diferentes marcadores sociais operam de forma articulada na produção das desigualdades. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender de que maneira as experiências de maternidade na adolescência entre meninas negras em contextos periféricos são analisadas por relações estruturais de raça, gênero, classe e território, sem reduzir essas jovens a experiências exclusivamente de sofrimento ou vulnerabilidade. Diante dessas questões, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: de que maneira jovens mães negras moradoras da Baixa Fria, em São Francisco do Conde/BA, vivenciam a maternidade na adolescência, considerando as possíveis relações entre raça, gênero, classe e território em suas experiências?

2 OBJETIVO GERAL

Investigar como jovens mães negras de 13 a 19 anos, moradoras da Baixa Fria, São Francisco do Conde-BA, constroem sentidos sobre a maternidade e sobre si mesmas, considerando os atravessamentos de raça, gênero, classe e território em perspectiva interseccional.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as narrativas das jovens mães maternidade, identidade e projetos de vida;
- Examinar suas experiências de racismo, sexismo e julgamento social no contexto da maternidade;
- Identificar as estratégias de resistência, cuidado e afirmação de si mobilizadas por essas jovens em seu cotidiano.

3 JUSTIFICATIVA

A maternidade na adolescência costuma ser associada a discursos de vulnerabilidade, risco social e responsabilização individual. No entanto, essas abordagens muitas vezes ignoram os contextos sociais que atravessam a vida dessas adolescentes, principalmente quando se trata de jovens negras que vivem em territórios periféricos, compreendidos neste estudo como espaços marcados por desigualdades no acesso a direitos, serviços e oportunidades sociais. Além disso, olhar para essas experiências apenas pela perspectiva da vitimização dificulta compreender como essas jovens atribuem sentidos à maternidade, constroem estratégias de resistência e interpretam suas próprias trajetórias. Apesar de já existirem muitos estudos sobre maternidade na adolescência no Brasil (Abramovay, 2004; Dias *et al*., 2011; Esteves; Menandro, 2005; Levandowski, Piccinini; Lopes, 2008; Martins, 2021; Nunes, 2012; Oliveira, 2008; Pinheiro, 2000; Santos; Schor, 2003), grande parte da produção acadêmica ainda privilegia análises gerais e indicadores sociais, como taxas de fecundidade e condições de vulnerabilidade social.

Dados de instituições como o Ministério da Cidadania (2022), e pelo UNFPA (op.cit.), apontam que a maternidade na adolescência está relacionada a desigualdades sociais, raciais e de gênero. Contudo, ainda se sabe pouco sobre como essas experiências são vividas na prática por meninas negras, principalmente em contextos periféricos específicos. Falta entender melhor como a maternidade na adolescência influencia a forma como as jovens se veem, constroem suas identidades e lidam com o julgamento social no dia a dia.

A pesquisa proposta abordará a maternidade na adolescência para além do evento gestacional, considerando dimensões do cuidado, das responsabilidades, dos vínculos sociais e dos processos de construção identitária, a partir das formas como as jovens percebem a si mesmas e significam suas trajetórias. Em particular, investiga-se a maternidade entre meninas negras em contextos periféricos mediante a articulação entre marcadores sociais (raça, gênero, classe e território) que orientam as maneiras pelas quais essas jovens vivenciam suas trajetórias, constituem identidades e acessam direitos sociais. Adota-se, portanto, a perspectiva de que a maternidade na adolescência não pode ser reduzida a uma questão individual, biológica ou familiar, pois consiste numa experiência situada e atravessada por relações estruturais de desigualdade. A identidade é entendida como processo social e relacional em constante construção, produzido nas interações e nas experiências vividas, historicamente situado e atravessado pelos mesmos marcadores sociais.

Quando examinamos o fenômeno num lugar específico, como a Baixa Fria, em São Francisco do Conde/BA, essa discussão ganha outro sentido, porque não se trata só de maternidade na adolescência de forma geral, mas de um fenômeno que acontece dentro de um território marcado por desigualdades. Do ponto de vista da organização territorial, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2014) inclui o bairro da Baixa Fria, em São Francisco do Conde/BA, como uma das localidades urbanas consideradas em estudos de planejamento e projeção de infraestrutura do município, aparecendo predominantemente como unidade técnico-estatística em análises municipais mais amplas. No entanto, embora o território seja reconhecido em bases institucionais, ainda há uma limitação de estudos que o abordem a partir de suas dinâmicas sociais específicas. Assim, esta pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre maternidade na adolescência a partir das experiências e narrativas de meninas negras periféricas, contribuindo para uma compreensão situada sobre o tema.

Adolescentes negras enfrentam desigualdades específicas no acesso a direitos reprodutivos. Estudos sobre justiça reprodutiva, como o que foi desenvolvido por Emanuelle Góes (2023) evidenciam desigualdades raciais no acesso a direitos sexuais e reprodutivos, reforçando a pertinência social e política deste estudo. Segundo Góes (op.cit.), o racismo é um fator central que interfere no acesso à saúde reprodutiva no Brasil, afetando diretamente a autonomia das mulheres negras. O *Dossiê Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva* (Criola, 2021) reforça que garantir o direito à maternidade envolve o acesso a serviços de saúde e o enfrentamento ao racismo institucional, à violência obstétrica e às desigualdades sociais que atingem essas jovens.

A ausência de diálogo aberto sobre sexualidade dentro das famílias, o medo do julgamento e até da violência, aliados à falta de políticas públicas eficazes de prevenção e educação sexual são aspectos discutidos por Mary Garcia Castro et al. (2004), que contribuem para que muitas adolescentes vivenciem a gravidez não planejada em condições de fragilidade social e emocional. Esse cenário pode desencadear consequências como a evasão escolar, o adoecimento mental e dificuldades na inserção profissional, agravando o ciclo de vulnerabilidade.

Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa contribui para preencher uma lacuna importante ao trazer uma perspectiva voltada às vivências e ao protagonismo dessas meninas, rompendo com narrativas que, muitas vezes, apenas as vitimizam. Compreender como elas constroem suas identidades e ressignificam a maternidade pode ampliar os debates sobre inclusão, apoio social e formulação de políticas públicas mais sensíveis a essas realidades.

No âmbito da UNILAB, esta pesquisa reforça o compromisso institucional com a promoção da justiça social e da equidade, alinhando-se à proposta da universidade de atuar de forma comprometida com a diversidade cultural e a inclusão social. Os resultados também podem contribuir para ações de extensão e projetos voltados ao fortalecimento de vínculos comunitários e ao empoderamento de adolescentes e jovens em contextos vulneráveis. Além disso, instituições como escolas, unidades de saúde e organizações sociais podem utilizar os achados para repensar práticas de acolhimento, tornando-as mais sensíveis às realidades das meninas negras jovens mães. Tais contribuições podem favorecer práticas institucionais mais sensíveis às necessidades materiais, sociais e emocionais dessas jovens, ampliando o acesso a direitos básicos e formas mais dignas de acolhimento.

Por fim, parte-se da compreensão de que a maternidade na adolescência não pode ser analisada de forma única, especialmente quando atravessada por questões de raça, gênero, classe e território. O estudo torna-se necessário diante da pouca visibilidade dada às experiências de meninas negras em contextos periféricos específicos, contribuindo para ampliar os debates acadêmicos sobre maternidade, juventude e desigualdades sociais. Além disso, a pesquisa possui relevância social ao possibilitar reflexões que podem auxiliar escolas, serviços de saúde e organizações sociais na construção de práticas de acolhimento mais sensíveis às realidades dessas jovens. Ao valorizar suas narrativas e experiências, o trabalho também busca romper com perspectivas estigmatizantes sobre a maternidade na adolescência, oferecendo uma compreensão mais situada e humanizada sobre o tema.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Para analisar o fenômeno da maternidade na adolescência entre meninas negras em contextos periféricos, especificamente no bairro da Baixa Fria, em São Francisco do Conde/BA, serão utilizados os conceitos de interseccionalidade, racismo estrutural, identidade racial, identidade de gênero e maternidade na adolescência. Tais conceitos nos permitem analisar essa realidade para além de explicações individuais, considerando os fatores sociais que influenciam as trajetórias dessas jovens.

Este estudo se insere no campo do feminismo negro, dialogando com a teoria da interseccionalidade como base para a análise das experiências de jovens negras em contextos periféricos. O conceito de interseccionalidade, sistematizado por Kimberlé Crenshaw (1989; 1991), no contexto do feminismo negro estadunidense, permite compreender como diferentes marcadores sociais, como raça, gênero e classe, não atuam de forma isolada, mas se articulam, produzindo experiências específicas de desigualdade e opressão. No caso da maternidade na adolescência entre meninas negras, essa articulação contribui para a produção de condições diferenciadas de vulnerabilidade social, que não podem ser explicadas a partir de uma única dimensão. Lélia Gonzalez (1984), antes mesmo da formulação do termo interseccionalidade, analisou a articulação entre racismo e sexismo na produção das desigualdades que atingem as mulheres negras no Brasil. Ao evidenciar como essas

estruturas operam de forma integrada, a autora antecipou uma abordagem que nos permite compreender a maior exposição de jovens negras à maternidade na adolescência em contextos periféricos.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) compreendem a interseccionalidade como uma ferramenta analítica voltada à compreensão das relações de poder que organizam as experiências sociais e as desigualdades. Nessa perspectiva, raça, gênero, classe, território e sexualidade não atuam de forma isolada, mas se articulam na produção de condições sociais específicas e na forma como sujeitos historicamente marginalizados experienciam instituições, relações sociais e acesso a direitos. Collins e Bilge (op. cit.) destacam ainda que essas relações operam por meio de diferentes domínios de poder, como o estrutural, o cultural, o disciplinar e o interpessoal, permitindo compreender como desigualdades são produzidas e reproduzidas nas experiências cotidianas.

Ao retomar esse conceito no contexto brasileiro, Carla Akotirene (2019) enfatiza que a interseccionalidade deve ser compreendida a partir das especificidades históricas e sociais do país, marcadas pelo racismo estrutural, pelo patriarcado e pelas desigualdades de classe. A autora critica a universalização de experiências femininas e destaca a centralidade da mulher negra como sujeito político e epistêmico, evidenciando que as opressões se manifestam de forma simultânea e inseparável na realidade social. Essa perspectiva nos permite compreender como as condições de acesso à educação, à informação e aos serviços de saúde são atravessadas por essas múltiplas dimensões, influenciando diretamente as experiências de maternidade na adolescência.

Dessa forma, a interseccionalidade constitui, neste estudo, o eixo analítico central para compreender como raça, gênero, classe e território se articulam na produção das experiências de jovens negras que vivenciam a maternidade na adolescência. Nessa perspectiva, o racismo estrutural é entendido como mecanismo que organiza as condições sociais e institucionais que atravessam essas trajetórias, enquanto as dimensões educacionais e identitárias são compreendidas como espaços em que essas desigualdades se manifestam e são vivenciadas no cotidiano.

A interseccionalidade será operacionalizada a partir de três eixos: experiências familiares, trajetórias escolares e sociais, e acesso aos serviços de saúde. Na dimensão familiar, serão consideradas as reações diante da descoberta da gravidez. Na dimensão escolar e social, serão observadas as formas de tratamento, os

julgamentos recebidos e as dificuldades enfrentadas pelas participantes. Já no campo da saúde, a análise buscará identificar possíveis desigualdades no acesso e na qualidade do atendimento.

A interseccionalidade será observada nas falas e trajetórias das participantes a partir da forma como esses elementos se manifestam de maneira combinada em suas experiências, especialmente no acesso a direitos, nas relações institucionais e nos sentidos atribuídos à maternidade. Essa perspectiva dialoga com as contribuições de Angela Davis (2016), que demonstra como as experiências das mulheres negras historicamente foram atravessadas simultaneamente por raça, gênero e classe, produzindo desigualdades específicas e formas particulares de exclusão social.

Nessa direção, o racismo estrutural, conforme definido por Silvio Almeida (2019), corresponde a um sistema histórico e institucional que organiza desigualdades sociais e impacta diretamente as condições de vida da população negra. Em contextos periféricos, como o bairro da Baixa Fria, essas desigualdades podem se manifestar no acesso a educação, a informação e aos serviços de saúde, produzindo experiências sociais distintas para adolescentes negras em contexto de maternidade na adolescência.

Desigualdades no acesso à educação, à informação e aos serviços de saúde podem ampliar situações de vulnerabilidade entre adolescentes negras em contexto de maternidade na adolescência. As análises de Sueli Carneiro (2011) contribuem para compreender como racismo e sexismo operam conjuntamente na produção do acesso desigual a direitos no Brasil, afetando de maneira específica as experiências de mulheres negras. As desigualdades produzidas nessas relações também atravessam os processos de construção identitária. Conforme Stuart Hall (2006), a identidade não é fixa nem natural, mas construída continuamente nas relações sociais, culturais e nos processos de identificação. Identidades raciais e de gênero podem, portanto, ser compreendidas como construções atravessadas por experiências sociais, relações de poder e formas de representação. Nesse contexto, a identidade racial pode ser compreendida a partir das experiências sociais e dos processos de racialização que atravessam a vida de sujeitos negros, enquanto a identidade de gênero relaciona-se às formas pelas quais os sujeitos constroem e significam socialmente suas experiências de gênero em diferentes contextos históricos e culturais.

Essas desigualdades também atravessam os espaços educacionais e os processos de acesso ao conhecimento, influenciando a forma como essas adolescentes interpretam suas experiências e constroem sentidos sobre si mesmas e suas trajetórias. Conforme Nilma Lino Gomes (2017), os saberes produzidos nas lutas sociais, especialmente no movimento negro, constituem formas de conhecimento que possibilitam uma leitura crítica das desigualdades raciais e sociais. Essa perspectiva contribui para compreender a educação não apenas como espaço institucional, mas como dimensão atravessada por disputas de representação, pertencimento e reconhecimento social.

4.1 MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA, INTERSECCIONALIDADE E DESIGUALDADES SOCIAIS

Entre jovens negras de contextos periféricos, marcadores como raça, gênero, classe e território podem influenciar a maneira como suas trajetórias são vivenciadas e significadas, inclusive no contexto da maternidade na adolescência. Nesse processo, o acesso a conhecimentos que valorizem suas experiências e questionem estigmas historicamente associados à maternidade na adolescência pode contribuir para processos de pertencimento e consciência crítica. As contribuições de bell hooks (2013) permitem compreender a educação e a experiência como espaços importantes na construção da subjetividade de mulheres negras, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais.

A maternidade, nesse sentido, não pode ser compreendida apenas como um problema social. Conforme Régia Cristina Oliveira (2008), a gravidez e a maternidade integram processos de construção da vida adulta, nos quais as jovens podem atribuir novos significados às suas experiências e à forma como percebem a si mesmas e seu lugar social. Essa compreensão permite analisar a maternidade na adolescência como um fenômeno atravessado por condições estruturais que podem influenciar as trajetórias dessas adolescentes e a maneira como interpretam suas vivências.

A construção da identidade da juventude negra em contextos periféricos pode ser compreendida a partir de experiências marcadas por resistência em espaços de desigualdade. Nesse sentido, torna-se possível refletir sobre as experiências das jovens mães da Baixa Fria, considerando a maternidade como uma dimensão

presente em suas trajetórias e atravessada pelas condições sociais que organizam suas realidades.

Essas experiências podem repercutir na permanência escolar, nas formas de responsabilização precoce e na saúde emocional dessas adolescentes, considerando os julgamentos sociais, as dificuldades de acesso a redes de apoio e as condições sociais que atravessam seus contextos de vida. Estudos como o de Miura *et al.* (2023) apontam que a maternidade na adolescência pode impactar as trajetórias escolares e as experiências sociais das jovens, exigindo diferentes formas de enfrentamento diante das desigualdades vivenciadas. Conforme Barros (2023), a perspectiva interseccional também possibilita compreender as formas de resistência desenvolvidas historicamente por mulheres negras diante de opressões articuladas de raça, gênero e classe. Ao mesmo tempo, torna-se possível considerar que muitas adolescentes desenvolvem estratégias de resistência e ressignificação da maternidade a partir de suas vivências e relações sociais.

Dessa forma, este referencial teórico articula diferentes contribuições do feminismo negro e da teoria da interseccionalidade para compreender a maternidade na adolescência entre meninas negras em contextos periféricos. A partir dessa perspectiva, as experiências dessas jovens não são analisadas como situações individuais e isoladas, mas como trajetórias atravessadas por relações estruturais de raça, gênero, classe e território, que influenciam suas condições de vida, seus processos de construção identitária e suas formas de vivenciar a maternidade.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa por entender que a escuta das experiências, dos afetos e das subjetividades das jovens mães negras é essencial para a análise da maternidade na adolescência e seus desdobramentos na construção de suas identidades. Trata-se de uma investigação que busca compreender os significados atribuídos pelas próprias participantes às suas trajetórias, considerando os contextos sociais em que estão inseridas.

A pesquisa será desenvolvida por meio de um estudo de caso, tendo como campo o bairro da Baixa Fria, localizado no município de São Francisco do Conde – BA. A escolha desse território se justifica por se tratar de um contexto periférico

marcado por desigualdades sociais, sendo relevante para a compreensão do fenômeno investigado. O estudo de caso possibilita uma análise aprofundada de uma realidade específica, permitindo examinar o fenômeno da maternidade na adolescência em seu contexto social, econômico e cultural.

O campo da pesquisa será composto por cinco a dez jovens negras, com idades entre 13 e 19 anos, que tenham vivenciado a maternidade na adolescência, conforme definição da Organização Mundial da Saúde (10 a 19 anos). Todas as participantes deverão residir na Baixa Fria e aceitar voluntariamente participar da pesquisa. A escolha será feita por amostragem intencional, considerando critérios como: autodeclaração racial como negra, experiência de maternidade na adolescência e disponibilidade para o diálogo. Essa decisão metodológica leva em conta que, em uma pesquisa qualitativa, não se busca representatividade numérica, mas aprofundar o entendimento das realidades vividas.

As informações serão coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, com um roteiro de perguntas abertas que possibilitem às jovens compartilhar suas experiências de maneira livre e confortável. As entrevistas serão guiadas por alguns eixos, como: (1) o momento da descoberta da gravidez e as reações familiares e sociais; (2) a vivência da maternidade em sua rotina; (3) os impactos emocionais, escolares e sociais que surgiram a partir da gestação; (4) os sentimentos em relação à sua identidade enquanto jovens, mulheres, negras e mães; (5) as formas que encontraram para resistir ao julgamento e seguir em frente. Essa técnica permite maior flexibilidade na condução das entrevistas, favorecendo a emergência de elementos relevantes a partir das falas das participantes.

As entrevistas serão realizadas em locais escolhidos pelas participantes, priorizando ambientes que garantem privacidade e segurança. Mediante consentimento das participantes (e dos responsáveis legais, no caso de menores de idade), as conversas serão gravadas e posteriormente transcritas, preservando integralmente as falas. As identidades das entrevistadas serão protegidas por meio da utilização de nomes fictícios e todas as informações pessoais permanecerão em sigilo. Será garantido o direito de desistência da participação em qualquer etapa da pesquisa, sem prejuízo às participantes.

Os dados serão analisados por meio da análise temática, buscando identificar sentidos, experiências e elementos recorrentes presentes nas narrativas das participantes. A análise será orientada pelos conceitos teóricos que fundamentam o

estudo, como interseccionalidade, racismo estrutural, identidade e gênero, permitindo compreender as relações entre as experiências relatadas e os contextos sociais em que essas jovens estão inseridas. As categorias analíticas serão construídas a partir do diálogo entre o referencial teórico e os dados empíricos, considerando tanto os eixos previamente definidos quanto os elementos emergentes das falas das participantes.

Do ponto de vista ético, a pesquisa seguirá as orientações da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que rege estudos com seres humanos na área das Ciências Humanas e Sociais. Todas as participantes serão informadas sobre os objetivos do trabalho e assinarão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para participantes menores de idade, será utilizado também o Termo de Assentimento, com a devida autorização dos responsáveis legais. Serão garantidos o sigilo das informações e o respeito à integridade das participantes durante todo o processo.

Como toda pesquisa qualitativa, este estudo apresenta limitações. O número reduzido de participantes e o recorte territorial específico não permitem generalizações para outros contextos, sendo os resultados restritos à realidade investigada. Além disso, por se tratar de entrevistas, as informações dependem das narrativas das participantes, que podem ser influenciadas por diferentes fatores, como memória, contexto e disposição para o diálogo. Ainda assim, essas características não comprometem a relevância da pesquisa, mas indicam seu caráter situado e aprofundado.

5.1 DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Declaro que utilizei ferramenta de inteligência artificial generativa (ChatGPT) exclusivamente como apoio à organização textual, revisão estrutural e aprimoramento formal da escrita acadêmica durante a elaboração deste projeto de pesquisa. A ferramenta não foi utilizada para definição do problema de pesquisa, formulação não supervisionada de argumentos teóricos, criação de referências bibliográficas ou tomada de decisões metodológicas independentes. Todo conteúdo produzido com apoio instrumental da ferramenta foi criticamente revisado e validado por mim e assumo integral responsabilidade pela concepção intelectual, fundamentação teórica,

delimitação metodológica e redação final deste projeto, em conformidade com os princípios de integridade científica.

6 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	TCC I				TCC II				TCC III			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Revisão de literatura	x	x	x	x	x	x	x	x				
Trabalho de campo					x	x	x	x				
Sistematização do material da pesquisa							x	x				
Análise das informações								x	x	x		
Redação do TCC											x	x
Defesa do TCC												x

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Leila Gadea et al. **Perfil socioeconômico de adolescentes grávidas atendidas em serviço de saúde no município de São Francisco do Conde – BA**. Revista de Ciências Médicas e Biológicas, Salvador, v. 14, n. 2, p. 143–146, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23226. Acesso em: 27 maio 2026.

BARROS, Zelinda dos Santos. Interseccionalidade. *In*: Silva, Ana Lúcia Gomes da; Salvadori, Juliana Cristina; Silva, Obdália Santana Ferraz (org.). **Abecedário pedagógico sob rasura**: educação e(m) diversidade. Salvador: EDUNEB, 2023. P. 306-309. Disponível em: saberaberto.uneb.br.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **"Censo 2022 mostra um país com menos filhos e menos mães"**. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 27 set. 2024. Disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Dados estatísticos sobre gravidez na adolescência e indicadores sociais no Brasil**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Gravidez na adolescência**: impacto na vida das famílias e das adolescentes e jovens mulheres. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: mds.gov.br. Acesso em: 22 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dados e indicadores sobre gravidez na adolescência no Brasil**. Disponível em: https://www.gov.br/saude. Acesso em: 14 maio 2026.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill; Bilge, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, **Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CRIOLA. **Dossiê mulheres negras e justiça reprodutiva**. Rio de Janeiro: Criola, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Ana Cristina Garcia; PATIAS, Naiana Dapieve; FIORIN, Pascale Chechi; DELLATORRE, Marina Zanella. **O significado da maternidade na adolescência para jovens gestantes**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 153–162, 2011.

ESTEVES, Janine Raymundi; Menandro, Paulo Rogério Meira. Trajetórias de vida: repercussões da maternidade adolescente na biografia de mulheres que viveram tal experiência. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 10, n. 3, p. 447-456, 2005. DOI: 10.1590/S1413-294X2005000300004.

FELDMANN, Sabrina. **Possibilidades de ser jovem(ns) a partir da experiência da maternidade.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, Lajeado, 2019.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Brasil ainda apresenta dados elevados de gravidez e maternidade na adolescência**. Brasília: UNFPA, 2023. Disponível em: brazil.unfpa.org.

GÓES, Emanuelle Freitas. Dilemas interseccionais: racismo e aborto no Brasil. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 9, n. 1, 2023. DOI: https://doi.org/10.9771/cgd.v9i1.54896.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro, p. 223-244, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2021.

LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro; PICCININI, Cesar Augusto; LOPES, Rita de Cássia Sobreira. **Maternidade adolescente**. Estudos de Psicologia (Campinas), Campinas, v. 25, n. 2, p. 251–263, jun. 2008.

MARTINS, Aline de Carvalho. **Gravidez na adolescência: entre fatos e estereótipos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

MIURA, Paula Orchiucci et al. Gravidez na adolescência e as experiências da vida escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 27, e238700, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-35392023-238700.

NUNES, Silvia Alexim. **Esperando o futuro: a maternidade na adolescência**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 53-75, 2012.

OLIVEIRA, Régia Cristina. Adolescência, gravidez e maternidade: a percepção de si e a relação com o trabalho. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 4, p. 93-102, 2008. DOI: 10.1590/S0104-12902008000400010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Adolescência**: definição e aspectos gerais. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/adolescent-health#tab=tab_1. Acesso em: 14 maio 2026.

PINHEIRO, Verônica de Souza. **Repensando a maternidade na adolescência**. Estudos de Psicologia (Natal), v. 5, n. 1, p. 69–78, jun. 2000. DOI: 10.1590/S1413-294X2000000100011

SANTOS, Sílvia Reis dos; Schor, Néia. Vivências da maternidade na adolescência precoce. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 15-23, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **São Francisco do Conde: aspectos socioeconômicos e territoriais. Salvador: SEI, 2014**. Disponível em: https://www.ba.gov.br/sihs/sites/site-sihs/files/2024-09/S%C3%A3o%20Francisco%20do%20Conde_Vol1cap5.pdf. Acesso em: 27 maio 2026.

UNFPA; Cidacs; ISC/UFBA. **Sem deixar ninguém para trás**: gravidez, maternidade e violência sexual na adolescência. Brasília: Fundo de População das Nações Unidas, 2023. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/sem-deixar-ninguem-para-tras. Acesso em: 22 maio 2026.